

Avaliação por Terceiros do Ano 2009
Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão

Avaliação da Assistência ao Brasil -Resumo-

Março de 2010

Prefácio

Este relatório é um resumo da “Avaliação da Assistência ao Brasil”, realizada pela Reunião Consultiva Externa para Avaliação da AOD atendendo a solicitação da Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A Assistência Oficial para o Desenvolvimento do Governo do Japão (AOD) vem contribuindo, a partir do seu início no ano 1954, ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento e à resolução dos problemas da sociedade internacional, que se mudam com os tempos, e atualmente se está requerendo nacional e internacionalmente uma realização das assistências de qualidade mais alta e com mais efetividade e eficiência. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, como autoridade coordenadora da AOD, está efetuando a avaliação da AOD, principalmente ao nível político, com dois objetivos: apoiar gerência da implementação da AOD e assegurar a responsabilidade de explicação (accountability).

Os objetivos desta avaliação consistem em (1) fazer uma avaliação geral sobre as políticas de assistência do Japão para o Brasil, realizadas entre os anos de 2004 e 2008, indicando as boas lições e propostas úteis para o planejamento das políticas de assistência e a realização efetiva e eficiente das assistências para o futuro, (2) buscar o aperfeiçoamento da AOD nos países onde a mesma será realizada retroalimentando o resultado da avaliação aos atores do governo e autoridades governamentais do Brasil e outros doadores, e ao mesmo tempo, cumprir a responsabilidade sobre a difusão da AOD do Japão e explicação ao povo japonês publicando o resultado da avaliação, e (3) oferecer informações que se servirão para o trabalho de exame sobre os planos de assistência para o Brasil, cuja formulação está programada agora em diante.

A Reunião Consultiva Externa para Avaliação da AOD é um órgão consultivo do Diretor da Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, estabelecida para aumentar a objetividade da avaliação, e tem o papel de receber a solicitação para realizar a avaliação da AOD da parte da Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, efetuar a avaliação formulando antecipadamente o método de realização da avaliação, elaborar um relatório resumindo o resultado da avaliação e retroalimentar o resultado anexando propostas, boas lições e outras opiniões de referência à Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores. Esta avaliação foi realizada a cargo de Sr. Yoshikazu IMAZATO, comissário da Reunião Consultiva Externa para Avaliação da AOD, como chefe do Grupo da Avaliação.

Para a realização desta avaliação pudemos receber uma grande cooperação preciosa do Sr. Ko TAKAGI, Professor Efetivo da Universidade de Estudos Internacionais de Kanda, que teve a amabilidade de participar na avaliação como conselheiro. Recebemos também uma cooperação da parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), atores locais da Task Force da AOD, e outros muitos atores dos governos locais, etc. Gostaríamos de apresentar aqui o nosso agradecimento de todo o coração. Nesta avaliação a coordenação geral foi feita pela Divisão de Avaliação da AOD e Publicidade, Secretaria de Cooperação Internacional, Ministério dos Negócios Estrangeiros, e uma série de coletas e análises de informações e

outros trabalhos auxiliares foram feitos pelo Centro de Desenvolvimento Internacional do Japão (IDCJ), encarregado de trabalhos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Por último acrescentamos que as opiniões descritas neste relatório não são para refletir a posição do Governo do Japão ou de outras autoridades competentes.

Março de 2010

Reunião Consultiva Externa para Avaliação da AOD

Hiromitsu MUTA, Presidente (Membro de Conselho de Administração e Vice-Reitor do Instituto de Tecnologia de Tóquio)

Kiyoko IKEGAMI (Diretora do Escritório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em Tóquio)

Yoshikazu IMAZATO (Ex-Escritor Editorial do Tokyo Shimbun)

Izumi OHNO (Professora do Instituto Nacional de Graduação para Estudos de Políticas)

Yayoi TANAKA (Professora Associada da Instituição Nacional de Graus Acadêmicos e Avaliação das Universidades)

Masato NODA (Administrador do Centro de ONG em Nagoya, Professor Associado da Universidade de Chubu)

Hiroko HASHIMOTO (Professora da Universidade de Jomonji)

Katsuya MOCHIZUKI (Diretor-Geral do Departamento de Promoção de Pesquisas, Instituto de Economia em Desenvolvimento)

Tatsufumi YAMAGATA (Diretor do Grupo de Estudo de Redução da Pobreza e Desenvolvimento Social, Centro de Estudos Inter-disciplinares / Professor da Escola Avançada de Desenvolvimento, , Instituto de Economia em Desenvolvimento)

Avaliação da Assistência ao Brasil

1. País: Brasil	
2. Avaliadores: (1) <u>Chefe</u> : Sr. Yoshikazu Imazato, Ex-Escritor Editorial do Tokyo Shimbun (2) <u>Conselheiro</u> : Sr. Ko Takagi, Professor Efetivo da Universidade de Estudos Internacionais de Kanda (3) <u>Consultor</u> : Centro de Desenvolvimento Internacional do Japão (IDCJ)	
3. Prazo do Estudo da Avaliação: Junho de 2009 - Março de 2010	

Entrevista com o Ministro Marco Farani (à esquerda), Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Contorno da Avaliação

A AOD do Japão ao Brasil entre os anos de 2004 e 2008 é avaliada positivamente em geral pela parte dos atores do Brasil e de outros doadores, e está sendo requerida fortemente a continuação desta assistência pelo lado brasileiro. Porém, o Brasil, que está atingindo um desenvolvimento econômico estável nestes últimos anos, está para entrar na etapa de “concluir o recebimento da AOD” segundo os critérios do Banco Mundial. Levando em consideração esta situação, propomos o abaixo mencionado para o futuro da assistência japonesa para o Brasil.

1. Continuar no momento a AOD para construir uma base de consolidação da parceria com o Brasil para o futuro.

O Brasil é um dos maiores países fornecedores de alimentos e outros recursos naturais e também um dos novos países industrializados mais promissores do mundo. Este país abarca a Amazônia, floresta úmido tropical mais imenso do mundo e tem uma influência decisiva sobre o problema ambiental e de aquecimento global no mundo. O Brasil tem tradicionalmente uma relação amistosa com o Japão, e além de uma sociedade de nikkeis maior do mundo, todo o povo brasileiro tem um alto grau de simpatia e confiança ao Japão. Para que o povo japonês possa reconhecer tal importância do Brasil, e ao mesmo tempo o Brasil continue a ser um país pró-japonês, será preciso realizar uma cooperação com uma forte mensagem tendo em mira a relação do futuro entre ambos os países. Para que a AOD para o Brasil no futuro seja uma base sobre a qual o Japão possa manter uma boa relação e ir construindo uma parceria mais consolidada com o Brasil mesmo quando não existir já a AOD como meio entre o Japão e o Brasil, fazemos uma proposta de continuar no momento a AOD, incluída a cooperação financeira reembolsável, mesmo quando o Brasil for um “país que concluiu o recebimento da AOD” segundo os critérios do Banco Mundial, e ao mesmo tempo re-definir o papel da AOD para o Brasil no período de transição.

2. Definir como pilares o atendimento aos assuntos globais, cooperação reciprocamente útil e cooperação triangular.

Para contribuir aos benefícios da estrutura de três camadas (benefício nacional do

Brasil, benefício da sociedade internacional e benefício nacional do Japão) consolidando a parceria com o Brasil, usando as vantagens do Japão, propomos que a AOD de futuro para o Brasil seja realizada com os três pilares seguintes. Estes pilares correspondem aos quatro campos objeto da cooperação financeira reembolsável para os países semi-desenvolvidos (meio ambiente, formação de recursos humanos, prevenção e medidas contra os desastres e construção da infra-estruturas econômicas e sociais com o objetivo de corrigir a desigualdade entre as regiões), e ao mesmo tempo, aos campos reciprocamente úteis nos quais os dois países possam ser parceiros entre si e aos campos nos quais ambos os países possam se cooperar para a sociedade internacional e para os terceiros países.

- 1) Atendimento aos assuntos globais, tais como aquecimento global, doenças infecciosas, alimentos, energia e recursos minerais.
- 2) Cooperações reciprocamente úteis tal como coordenação entre os setores governamental e privado que tragam benefícios tanto para o Japão como para o Brasil.
- 3) Apoios comuns aos terceiros países nos quais se possam esperar efeitos complementares e sinérgicos do Japão e Brasil.

3. Formular o “Plano de Parceria com o País”, avaliar e publicar o resultado.

Como a AOD para o Brasil é mais importante estrategicamente do que outros países e se requer uma alta responsabilidade de explicação, é indispensável formular um plano de assistência do país. Propomos que a denominação do plano seja Plano de Parceria com o País para mostrar claramente no interno e externo do país o propósito de construir uma parceria útil para ambos os países e atender não só os problemas com os benefícios recíprocos, mas também os assuntos globais. Na AOD para o Brasil a publicidade efetiva em ambos os países será mais importante do que antes no que diz respeito a difusão da mensagem. Na parte japonesa será importante não só cumprir a responsabilidade de explicação ao povo japonês em geral, mas também fazer entender ao mesmo povo a utilidade da AOD para o Brasil e obter o apoio dele. Na publicidade para o interno do Brasil, a fim de chamar a atenção dos meios de comunicação, será preciso não só apresentar os projetos de cooperação, mas também introduzir uma boa ideia de modo que o povo brasileiro tenha simpatia pelo Japão.

Nota: O conteúdo descrito aqui apresenta as opiniões dos avaliadores, é não e para refletir a posição ou opiniões do Governo do Japão.

Índice

1. Recomendações	1
2. Diretrizes sobre a implementação da avaliação	7
3. Resultado da avaliação	8
3.1 Justeza das políticas	8
3.2 Efetividade dos resultados	10
3.3 Adequação do processo.....	12
4. Lições	13
4.1 Lições sobre a formulação das políticas.....	13
4.2 Lições sobre a promoção do efeito da assistência	15
4.3 Lições sobre a publicidade	18
Mapa do Brasil.....	19
Fotos da Pesquisa de Campo.....	20

Avaliação da Assistência ao Brasil

- Resumo -

1. Recomendações

A Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) do Japão para o Brasil entre os anos de 2004 e 2008 é avaliada positivamente em geral pela parte dos atores do Brasil e de outros doadores, e está sendo requerida fortemente a continuação desta assistência. É considerado que a assistência do Japão para o Brasil vem contribuindo ao desenvolvimento das relações diplomáticas com o Brasil, não só durante cinco anos, período objeto desta avaliação, mas também os períodos de antes e após desses cinco anos. E por outro lado, vendo o nível da renda nacional per capita, o Brasil está para entrar na etapa de “conclusão do recebimento da AOD” segundo os critérios do Banco Mundial.¹ O Governo do Japão não presta tradicionalmente uma cooperação financeira reembolsável (empréstimo em moeda japonesa) aos países que tenham superado os critérios para o financiamento do Banco Mundial, mas deverá examinar integralmente a continuação ou não da AOD para o Brasil, incluída a cooperação financeira reembolsável, não só desde o ponto de vista de desenvolvimento, mas também do ponto de vista de importância econômica e diplomática do Brasil para o Japão no futuro. Baseado neste reconhecimento, o equipe de avaliação faz as seguintes propostas para a assistência do Japão para o Brasil no futuro.

Proposta 1: Continuar no momento a AOD para construir uma base de consolidação da parceria com o Brasil para o futuro

Fazemos uma proposta de re-definir o papel da AOD para o Brasil com o objetivo de que a mesma AOD seja uma base sobre a qual o Japão possa ir construindo uma parceria mais consolidada com o Brasil para o futuro, na situação em que a importância desse país está aumentando para a comunidade internacional e para o Japão.

O período objeto desta avaliação corresponde aos anos entre 2004 e 2008, mas respeito a este período e também os períodos precedentes, não foi formulado o programa de assistência ao Brasil. Portanto nesta avaliação, levando em consideração as diretrizes básicas e campos prioritários para a assistência combinados nas deliberações bilaterais sobre as políticas, e os documentos comuns, foi elaborado um diagrama sistemático de metas da política de assistência para o Brasil (veja Figura 1 apresentada na Seção 3), e com esse material foi feita a avaliação. Não obstante, essa “política de assistência” não foi formulada após um vasto intercâmbio de opiniões nacionais e não responde à pergunta feita da parte do povo japonês “por que Japão continua a oferecer assistências ao Brasil?”, inclusive neste tempo em que diz-se que o Brasil ultrapassará o Japão no próximo futuro

¹ Segundo o “Relatório sobre o Desenvolvimento do Mundo 2010” do Banco Mundial, o rendimento nacional bruto (RNB) per capita do Brasil no ano 2008 é de 7.350 dólares americanos, superando o ponto de referência do critério de financiamento do Banco Mundial e do critério de prestação da cooperação financeira reembolsável do Japão (empréstimo em moeda japonesa) (6.465 dólares americanos ou menos). O Banco Mundial está fazendo financiamento, de acordo com o julgamento integral, aos outros países que superaram este critério de “conclusão do recebimento”, tais como México e Turquia.

atingindo um desenvolvimento econômico estável a partir dos anos 2000.

O Brasil é uma importante “potência do século XXI”, naturalmente para o mundo e também para o Japão. O Brasil é um dos maiores países fornecedores de alimentos e outros recursos naturais e também um dos novos países industrializados mais promissores do mundo. Também o Japão está dependendo deste país no que diz respeito aos alimentos, recursos naturais e mercados. O Brasil inclui Amazonas, floresta úmida tropical mais imensa do mundo e tem uma influência decisiva sobre o problema ambiental e de aquecimento global no mundo. Além disso é um país pró-japonês que tem tradicionalmente uma relação amistosa com o Japão e também trata de apoiar ao Japão nas cenas importantes das reuniões internacionais. Tem uma comunidade de *nikkeis* mais grande do mundo, e todo o povo brasileiro tem um alto grau de simpatia e confiança ao Japão reconhecendo que a relação entre ambos os países será sempre mantida e consolidada também no futuro.

Por outro lado, para que o Brasil continue a ser um país pró-japonês será preciso realizar uma cooperação com uma forte mensagem tendo em mira a relação do futuro entre o Japão e o Brasil. Deveremos construir doravante com a AOD uma base sobre a qual o Japão possa manter uma boa relação e ir construindo uma parceria mais consolidada com o Brasil, mesmo quando essa AOD desaparecer no futuro. Pode se dizer que nos tempos passados a AOD contribuía na consolidação da relação entre ambos os países, mas na situação do futuro em que está previsto que a dimensão da economia brasileira se acrescentará e a do Japão se reduzirá relativamente, deveremos introduzir uma nova ideia para realizar uma AOD, por exemplo, que possa dar um impacto grande, mesmo sendo de pequena dimensão, ou uma AOD que aproveite de modo efetivo a cooperação financeira reembolsável.

Alem disso, para obter o entendimento da parte do povo japonês sobre a AOD para o Brasil, será necessário mostrar mais claramente os aspectos reciprocamente úteis. Mas esta palavra “reciprocamente úteis” não significa que esta AOD deve ser necessariamente útil diretamente para o Japão, antes será possível realizar uma AOD que produza os benefícios da estrutura de três camadas, ou seja o benefício nacional para o Brasil, benefício para a comunidade internacional, e conseqüentemente o benefício para o Japão. Este tipo de AOD poderá obter mais facilmente o entendimento do povo japonês, porque o povo em geral sabe que se agravarão no futuro os assuntos globais, tais como o aquecimento global, escassez de alimentos, energia, e recursos naturais. Como mencionado anteriormente, o Brasil é um dos poucos países com a potência para atender estes problemas, e será necessário comunicar ao povo japonês que é extremamente útil, tanto para a comunidade internacional como para o Japão que é um membro dessa comunidade, apoiar o desenvolvimento econômico do Brasil com a AOD.

Na situação em que os novos países industrializados ganham força na comunidade internacional, enquanto o Japão vai perdendo relativamente sua influência na mesma comunidade, é preciso para o Japão re-verificar o significado e o modo de implementação da AOD. Especialmente sobre o Brasil, é alta essa necessidade levando em consideração sua importância para o Japão. No Brasil deseja-se a continuação da AOD, tendo muitas expectativas sobretudo para a cooperação técnica útil para a preservação do meio ambiente, correção da desigualdade, etc., e a cooperação financeira relacionada com a

construção das infra-estruturas. Por outro lado, entre outros doadores se vê uma tendência a fazer uma revisão da estratégia segundo a variação da relatividade com o Brasil. O que é comum entre esses doadores é o reconhecimento de que o Brasil está atualmente no período de transição para entrar no grupo de países com grande potência e alta renda. Tomando em consideração a importância do Brasil, será preciso para o Japão continuar no momento a AOD, incluída a cooperação financeira reembolsável, mesmo quando o Brasil for um “país que concluiu o recebimento da AOD” segundo os critérios do Banco Mundial, e ao mesmo tempo re-definir o papel da AOD para esse país no período de transição.

Proposta 2: Definir como pilares o atendimento aos assuntos globais, cooperação reciprocamente útil e cooperação triangular

Propomos que a AOD de futuro seja realizada com os três pilares seguintes para contribuir aos benefícios da estrutura de três camadas consolidando a parceria com o Brasil.

- **Atendimento aos assuntos globais, tais como aquecimento global, doenças infecciosas, alimentos, energia e recursos minerais.**
- **Cooperações reciprocamente úteis tal como coordenação entre os setores governamental e privado que tragam benefícios tanto para o Japão como para o Brasil.**
- **Apoios comuns aos terceiros países nos quais se possam esperar efeitos complementares e sinérgicos do Japão e Brasil.**

Desde o ponto de vista mencionado na Proposta 1, para contribuir aos benefícios da estrutura de três camadas (benefício nacional do Brasil, benefício da comunidade internacional e benefício nacional do Japão) consolidando a parceria com o Brasil, usando as vantagens do Japão, propomos que a AOD do futuro para o Brasil seja realizada com os três pilares seguintes. Esta limitação significa não só a seleção e a concentração sob a situação restritiva dos recursos para a assistência, mas também a aclaração do caráter da AOD para o Brasil como AOD para os países semi-desenvolvidos. Estes pilares correspondem aos quatro campos objeto da cooperação financeira reembolsável para os países semi-desenvolvidos (meio ambiente, formação de recursos humanos, prevenção e medidas contra os desastres, e construção da infra-estruturas econômicas e sociais com o objetivo de corrigir a desigualdade entre as regiões) e ao mesmo tempo, aos campos reciprocamente úteis nos quais os dois países possam ser parceiros entre si e aos campos nos quais ambos os países possam se cooperar para a comunidade internacional e para os terceiros países.

(1) Atendimento aos assuntos globais, tais como aquecimento global, doenças infecciosas, alimentos, energia e recursos minerais

O atendimento aos problemas meio ambientais, principalmente o aquecimento global e aos outros assuntos globais, tais como os de doenças infecciosas, alimentos, energia, recursos minerais, etc., está definido como tema prioritários nas linhas gerais da AOD, e

também coincide com as políticas de desenvolvimento e necessidade do Brasil. Este é o campo mais importante que poderá realizar os benefícios da estrutura de três camadas. É também o campo em que as tecnologias do Japão, à luz das experiências de cooperação até agora, serão absorvidas e utilizadas efetivamente criando uma nova visão, e ao mesmo tempo, se espera a possibilidade de estender-se no interno do Brasil e aos terceiros países. Sobretudo respeito às medidas contra o aquecimento global, tais como vigilância à desmatamento das florestas, sistemas agroflorestais (SAF), promoção da biomassa; desenvolvimento agrícola para o aumento da produção de alimentos; e desenvolvimento dos recursos minerais, o Japão já tem resultados concretos altamente avaliadas no Brasil. Além disso, como este campo corresponde ao em que o Japão, onde foi publicada outro dia a “Iniciativa do Hatoyama” para apoiar aos países em desenvolvimento medidas contra a mudança do clima, está desejando atender positivamente, deverá ser tratado doravante como campo prioritário também na AOD para o Brasil.

(2) Cooperações reciprocamente úteis como coordenação entre os setores governamental e privado que tragam benefícios tanto para o Japão como para o Brasil

Para obter o apoio do povo japonês à AOD para o Brasil, será preciso promover também uma cooperação que possa mostrar mais claramente a utilidade recíproca. Nestes últimos anos, está aumentando a capacidade absorvente da cooperação financeira reembolsável, devido à estabilização financeira do Brasil, e o ir esta razão se espera uma coordenação entre os setores governamental e privado que utilize a cooperação financeira reembolsável nos projetos estratégicos relacionados com os campos que trarão os benefícios tanto para o Japão como para o Brasil, tais como ferrovia de alta velocidade, portos e outras infra-estruturas de transporte; transmissão digital terrestre; alimentos; recursos naturais; energia. Neste campo será útil também o apoio em coordenação com a cooperação técnica, e por este motivo o Governo do Brasil está solicitando fortemente a cooperação técnica junto com a cooperação financeira. Neste campo está previsto que a importância do investimento privado vá aumentando no futuro à medida do crescimento econômico do Brasil. Portanto a AOD deve ser utilizada eficazmente para construir uma base para a ampliação do investimento privado neste período de transição.

Também a cooperação para a investigação no campo de tecnologia científica tem uma alta utilidade recíproca. Com as investigações e projetos comuns, em que Japão possa desempenhar a função do parceiro no campo de tecnologia científica, será possível fazer uma contribuição não só entre ambos os países mas também a outros países do mundo. O Brasil mostra uma alta expectativa ao Japão sobre a tecnologia de meio ambiente e a de semi-condutor, mas para desenvolver uma cooperação concreta, será necessário aprofundar o intercâmbio pessoal através do intercâmbio de opiniões, convite, visitas de cientistas, etc. Estas são as atividades fora da AOD, mas tem uma possibilidade de coordenação com AOD no campo de tecnologia científica, porque o Comitê Comum de Cooperação Técnica Japão-Brasil, fundado em 1985 foi re-ativado em 2005.

A utilidade recíproca pode conter não só a utilidade econômica mas também objetivos e efeitos culturais e diplomáticos. Muitos atores da parte brasileira, que se dedicaram à cooperação técnica com o Japão demonstraram que eles tinham aprendido dos peritos

japoneses não só as tecnologias mas também as maneiras de fazer e pensar para o trabalho, ou seja “estilo japonês” podendo obter uma nova visão. No Brasil, onde estão programadas as celebrações da Copa Mundial em 2014 e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, as infra-estruturas e o melhoramento da segurança pública se constituem os temas iminentes, e neste aspecto mostra-se uma grande expectativa para o Japão. Além disso, atualmente no Brasil, diz-se que não só entre os *nikkeis* mas também entre outros brasileiros não *nikkeis* está aumentando o interesse pela língua, cultura e esportes japoneses. A simpatia pelos japoneses e pela cultura japonesa, que se estenderá entre os brasileiros, se constituirão grandes bens para o Japão. O Japão deverá dar mais importância a estes bens não compráveis com o dinheiro, e inclusive com possibilidade de ser herdados para a próxima geração do Brasil.

(3) Apoios comuns aos terceiros países nos quais se possam esperar efeitos complementares e sinérgicos do Japão e Brasil

Os apoios aos terceiros países, oferecidos em coordenação com o Brasil, tem já mais de vinte e cinco anos de história, obtendo um êxito tão grande que consistem bons exemplos para outros doadores. A AOD deste campo tem um valor extremamente alto para a parte do Japão, no sentido de compensação da falta de recursos para apoios do Japão (recursos financeiros e pessoais, e tecnologias de determinados campos); apoio ao melhoramento de capacidade dos peritos do órgão executor da parte do Brasil; e consolidação da relação com o Brasil. Atualmente mais de 70% das cooperações técnicas brasileiras estão destinadas aos países em desenvolvimento, principalmente cooperação técnica entre a América Central e do Sul e da África falante da língua portuguesa. Isto significa que as pessoas da contraparte da cooperação técnica japonesa do passado estão trabalhando atualmente como parceiro do apoio aos terceiros países. Também a cooperação na vasta região da América Central e do Sul sobre a preservação das florestas amazônicas, transmissão digital terrestre, etc., constitui um campo em que se espera um efeito complementar e sinérgico pela cooperação de ambos os países.

A propósito, antes de realizar doravante a AOD, se deverá elaborar um programa integral que descreva sistematicamente não só os campos e projetos individuais mas também os diversos projetos relacionados, esperando uma abordagem efetiva e eficiente. A AOD de até agora foi avaliada altamente pelas contrapartes e comunidades beneficiárias locais de cada projeto, enquanto não foi reconhecida suficientemente ao nível do povo em geral e o governo federal. Pode-se indicar a fragmentação e dispersão do interesse e do entendimento sobre o Japão apesar de ser um país com alto nível de cada um desses elementos. Portanto é necessário que a AOD sirva como adesivo para unir esses fragmentos para formar um “Japão”.

Proposta 3: Formular o “Programa de Parceria com o País”, avaliar e publicar o resultado

Propomos que seja formulado o “Programa de Parceria com o País” para indicar claramente a meta de política “consolidação da parceria” da AOD e sejam publicados mais efetivamente os resultados para obter o entendimento em geral entre os povos de ambos os países.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros está pensando em formular o “Programa de

Assistência ao Brasil” levando em consideração o resultado desta avaliação e deseja promover ativamente a modificação das diretrizes de assistência tradicionais na ocasião da formulação do mesmo Programa.² Isto é um movimento que deve ser acolhido, porque a AOD para o Brasil, país que está a ser uma grande potência em diversos aspectos, é mais importante estrategicamente e se requiere uma alta responsabilidade de explicação. Além disso, o Programa de Assistência ao País é indispensável no sentido de ser realizado sistematizando os diversos projetos relacionados e de integrar os resultados fragmentados, como acima mencionados.

A denominação do programa que será formulado pode não ser necessariamente “Programa de Assistência ao País”, não é? O Banco Mundial está colocando a partir do ano 2004 uma denominação de “Estratégia de Parceria com o País” às estratégias de assistência ao país, formuladas para os países semi-desenvolvidos (países de renda média e países de renda média superior) não limitando só para o Brasil. A posição do Banco Mundial, que é organização de assistência multinacional, e a do Japão são diferentes, mas se o Japão chamar de “cooperação” a assistência entre dois países, poderá ser chamada também de “parceria”. É uma boa ideia denominar como “Programa de Parceria com o País” pelo motivo ativo de mostrar claramente no interior e exterior do país o propósito de construir uma parceria útil para ambas as partes e atender não só os temas sobre a utilidade recíproca mas também os assuntos globais.

A formulação do “Programa de Parceria com o País” é também uma medida para corresponder à “marginalização” (redução relativa em proporção da dimensão da economia) da AOD nos países semi-desenvolvidos. Se um país recebedor de assistência desenvolver-se economicamente, atingindo o nível do país semi-desenvolvido, a AOD se marginalizará necessariamente. Nos países com grande dimensão econômica como o Brasil, esta marginalização é muito mais natural. Para que se possa entender por qual motivo a Japão continue a AOD e fazer uma avaliação justa de seu resultado também no país contraparte, será necessário formular um programa com o âmbito de avaliação incorporado. Após a conclusão do período do programa deverá ser feita uma avaliação do resultado da AOD de acordo com esse âmbito, publicando o resultado da mesma avaliação.

Na AOD para o Brasil a publicidade efetiva nos ambos os países será mais importante do que antes respeito a difusão da mensagem. Na parte japonesa será importante não só cumprir a responsabilidade de explicação ao povo japonês em geral, mas também fazer entender ao mesmo povo a utilidade da AOD para o Brasil e obter o apoio dele, com o objetivo de continuar também doravante a AOD para o Brasil para construir uma base sobre a qual será consolidada a parceria de ambos os países. Na publicidade para o interno do Brasil, a fim de chamar a atenção dos meios de comunicação, será preciso não só apresentar os projetos de cooperação, mas também introduzir uma boa ideia de modo que o povo brasileiro tenha simpatia pelo Japão.

² Atualmente está sendo realizado o trabalho de revisão sobre o sistema da AOD sob a administração do Ministro, fazendo re-exame do sistema do programa de assistência ao país atual no Ministério das Relações Exteriores, e por esta razão tem possibilidade de que o conteúdo do mesmo programa, processo da formulação, etc., sejam revisados consideravelmente.

2. Diretrizes sobre a implementação da avaliação

O Brasil tem uma população de 192 milhões de habitantes com o Rendimento Nacional Bruto (RNB) de 7.350 dólares e o Produto Interno Bruto (PIB) de 1.612,5 bilhões de dólares que se situa na oitava posição no mundo.³ É um dos países BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), com uma potência econômica equivalente à da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Também é um dos maiores países exportadores de alimentos e outros recursos naturais e ocupa uma posição importante sobre a procura e oferta dos mesmos recursos do mundo. Além disso, abarca a Amazônia, floresta úmida tropical mais imensa do mundo, e a preservação dos recursos naturais deste país tem uma influência decisiva sobre o meio ambiente e a mudança do clima no mundo. Por outro lado, é um dos países com maior desigualdade de renda e tem os problemas urbanos, tais como esgotos, moradia, resíduos, engarrafamento de trânsito, poluição do ar, segurança pública; e a vulnerabilidade infra-estrutura econômica. Para o Japão, é um país com uma comunidade de *nikkeis* maior do mundo (aprox. 1,5 milhões de habitantes) e uma relação amistosa tradicional, e além disso, mantém uma relação política e diplomática estreita.

Desde estes pontos de vista, o Japão posiciona o Brasil como um dos países importantes na região da América Central e do Sul e tem vindo realizar ativamente as cooperações com cinco campos prioritários de assistência: meio ambiente, indústria, agricultura, saúde e desenvolvimento social. Como o Brasil não é um país objeto da cooperação financeira não reembolsável dos projetos gerais, estão sendo realizadas principalmente a cooperação financeira reembolsável, cooperação técnica, e Assistência a Projetos Comunitários e de Segurança Humana (APC). Além disso, se esperam a consolidação da assistência para os países da América Central e do Sul e os países em desenvolvimento falantes da língua portuguesa, de acordo com o âmbito do Programa de Parceria Japão-Brasil (JBPP), concluído em 2000, e a continuação das cooperações através do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Sob este contexto esta avaliação foi feita com os objetivos abaixo mencionados.

- 1) Fazer uma avaliação geral sobre as políticas de assistência do Japão para o Brasil, indicando boas lições e propostas úteis para a planificação das políticas de assistência e implementação efetiva e eficiente das assistências para o futuro, refletindo o resultado nas políticas de assistência para o Brasil.
- 2) Tentar o melhoramento da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) nos países nos quais a mesma será realizada retroalimentando o resultado da avaliação aos atores do governo e autoridades governamentais do Brasil e outros doadores, e ao mesmo tempo, cumprir a responsabilidade sobre a difusão da AOD do Japão e explicação ao povo japonês publicando o resultado da avaliação.
- 3) Oferecer informações que se servirão para o trabalho de exame sobre o programa de assistência ao Brasil, cuja formulação está programada agora em diante.

Esta avaliação foi feita sobre as políticas de assistência do Japão para o Brasil em geral, correspondentes ao período de últimos cinco anos (entre os anos de 2004 e 2008). No trabalho de avaliação foi feita uma revisão dos projetos de assistência planejados e

³ World Bank, *World Development Report 2010*, 2009.

realizados sob as mesmas políticas durante esse período, ou seja cooperação financeira reembolsável, cooperação financeira não reembolsável e cooperação técnica, iniciadas a partir do ano 2004. Também foram objeto da avaliação os projetos de assistência realizadas através do fundo fiduciário do Governo do Japão, estabelecido na organização internacional.

No trabalho de análise desta avaliação, primeiro foram ordenadas as metas políticas de acordo com o “Princípio Básico da Avaliação da AOD (a 5ª edição)” (fevereiro de 2009) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e depois foi feita a avaliação desde os três pontos de vista: “justeza das políticas”, “efetividade do resultado” e “adequação do processo”.

Mas no trabalho de análise e avaliação da “efetividade do resultado”, era impossível julgar o grau de atingimento das metas através da comparação entre os valores de meta e os de resultado, porque não está formulado o programa de assistência ao Brasil nem estabelecidas as metas de assistência e ditos valores quantitativos para os campos prioritários. Além disso, a captura quantitativa mesma do grau de contribuição do Japão e outros doadores aos assuntos de desenvolvimento do país inteiro não tem um grande significado, devido a pouca assistência estrangeira em comparação com a dimensão das despesas financeiras governamentais do Brasil. Sob esta limitação a efetividade foi avaliada integralmente valendo-se suficientemente das informações qualitativas, obtidas das entrevistas com os atores. Também o trabalho de verificação da “adequação do processo”, devido à frequente impossibilidade de fazer entrevista com os encarregados dos períodos objeto de avaliação, se apoia nos documentos e materiais disponíveis dessas épocas e entrevistas com os encarregados atuais.

3. Resultado da avaliação

Antes de determinar o alcance objeto da avaliação, foi feita a ordenação sistemática das metas políticas. Como não está formulado o programa de assistência ao Brasil, foi elaborado um diagrama sistemático de metas da política de assistência para o Brasil (figura 1) baseando-se nas diretrizes básicas e campos prioritários da assistência para este país, indicados de acordo com as deliberações políticas feitas entre ambos os países, etc., e levando em consideração os documentos comuns verificados entre ambos os países.

3.1 Justeza das políticas

A assistência do Japão para o Brasil vem apoiando coerentemente às metas nacionais, tais como crescimento econômico, redução da pobreza, correção da desigualdade de renda e entre regiões, preservação meio-ambiental, etc. O conteúdo desses apoios tem uma alta coerência com: 1) as políticas superiores do Japão (Linhas Gerais da Assistência Oficial de Desenvolvimento (AOD), políticas a médio prazo, etc.); 2) a necessidade dos planos e políticas de desenvolvimento da parte brasileira (Plano Plurianual (PPA) 2004 – 2007, Programa de Eliminação da Fome, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), etc.); e 3) os assuntos prioritários internacionais (Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs), problema da mudança do clima, etc.), e ao mesmo tempo, é complementar com 4) as políticas de outros doadores.

Figura 1 Diagrama sistemático de metas da assistência previstas para o Brasil

Posicionamento como país objeto da assistência do Japão	Metas políticas de assistência	Campos prioritários	Assuntos prioritários	Apoio através de cooperações financeiras reembolsável e não reembolsável	Apoio através da cooperação técnica e estudo para o desenvolvimento	Apoio através do Fundo Fiduciário do Japão
[Significado do assistência para o Brasil] ■ Mantém uma relação amistosa tradicional com o Japão, com a maior sociedade nikkei do mundo ■ Importante país fornecedor de alimentos e recursos naturais ■ Inclui Amazonas, bosque úmido tropical mais imenso do mundo, sendo que a preservação dos recursos naturais deste país tem influência ampla sobre as questões do meio-ambiente e aquecimento global ■ Parceiro para atender os problemas de dimensão global e apoiar os terceiros países ■ Um dos países com maior potência econômica do mundo, e por outro lado com maior desigualdade de renda ■ Ainda persistem os problemas urbanos (resíduos, engarrafamento de trânsito, poluição do ar, segurança pública) e a vulnerabilidade de infraestrutura econômica	■ Apoio à correção da desigualdade de renda e à preservação do meio ambiente	Meio ambiente	■ Assuntos do meio ambiente ■ Assuntos do ambiente urbano ■ Medidas contra o aquecimento global	[EO] Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara [EO] Recuperação Ambiental da Baixada Santista (Onda Limp) [EO] Rebaixamento da Calha do Rio Tietê [EO] Melhoramento Ambiental do Estado do Paraná [APC] Assistência para Projetos Comunitários e de Segurança do Ser Humano (2004-2008, bem-estar social e meio-ambiente: 3 projetos) [PCT] Projeto Corredor Ecológico na Região do Jalapão	[PCT] Conservação Florestal e Educação Ambiental na Amazônia Oriental [PCT] Projeto Corredor Ecológico na Região do Jalapão [PCT] Uso Sustentável dos Recursos Florestais em Áreas de Várzea no Estado do Amapá [PCT] Desenvolvimento de Técnicas de Revegetação em Áreas Degradadas na Região Semi-Árida do Nordeste do [PCT] Gerenciamento de Resíduos Sólidos [PCT] Controle da Redução de Perdas na Distribuição de Água através de Implantação de novas Técnicas de Gestão e Operação de Sistemas [ED] Estudo sobre o Plano Integrado de Melhoria Ambiental na Área de Mananciais da Represa Billings no Município de São Bernardo do Campo [ED] Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus [CCT] Estudo para produção de etanol a partir do resíduo da cana-de-açúcar [PC] Restauração de Manquezeiras Degradadas [PC] Projeto de Estabelecimento do Sistema de Monitoramento e Manejo Sustentável de Recursos Pesqueiros nas Baías da Costa Paranaense	[BM] Política de Desenvolvimento do Japão, Fundo de Formação de Recursos Humanos (PHRD) 6 projetos
	Direcionamento do apoio	Indústria	■ Tecnologia industrial ■ Controle de qualidade ■ Melhoramento da produtividade	[APC] Assistência para Projetos Comunitários e de Segurança do Ser Humano (2004-2008, pesquisa em educação: 1 projeto)	[PCT] Projeto de Tecnologia para Diagnóstico de Equipamentos (Estádio por país) [ED] Plano de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém	
	Levando em consideração o [significado da assistência para o Brasil], implementar a cooperação de forma ativa para um dos países prioritários da região da América Central e do Sul. Sendo país que concluiu a fase de projetos gerais não reembolsáveis, oferecer a cooperação e principalmente empréstimo em moeda japonesa, cooperação técnica, assistência para projetos comunitários e de segurança do ser humano. Consolidação dos apoios para os países da América Central e do Sul e países em vias de desenvolvimento falantes da língua portuguesa através do "Programa de Parceria Japão-Brasil (JBPP)". Continuação da cooperação através do MERCOSUL	Agricultura	■ Introdução de produtos com alto valor agregado ■ Difusão da tecnologia de irrigação ■ Melhoramento da renda na área rural	[EO] Irrigação Jaíba do Estado de Minas Gerais Fase II [APC] Assistência para Projetos Comunitários e de Segurança do Ser Humano (2004-2008, agricultura, silvicultura e pesca: 5 projetos, bem-estar social e ambiente: 1 projeto, pesquisa em educação: 3 projetos)	[PC] Disseminação de Programa de Controle de Equinococose na Área Endêmica do Estado do Rio Grande	
		Saúde	Dando prioridade à região nordeste ■ Doenças infecciosas ■ Planejamento familiar ■ Saúde da mãe e filhos	[N] Viver com saúde junto com bosque amazônico: Projeto de Fortalecimento da Saúde Regional na Cidade de Manicoré [APC] Assistência para Projetos Comunitários e de Segurança do Ser Humano (2004-2008, saúde médica: 64 projetos, bem-estar social e ambiente: 3 projetos)	[PC] Educação sobre o HIV/AIDS para pessoas com deficiência e analfabetas através do desenvolvimento de capacidade em uma organização dos Surdos	[BM] Política de Desenvolvimento do Japão, Fundo de Formação de Recursos Humanos (PHRD) 2 projetos [IDB] Fundo Especial do Japão (JSF) 1 projeto [IDB] Fundo Especial do Japão, Programa de Redução da Pobreza (JPO) 1 projeto
		Desenvolvimento social	■ Desenvolvimento da comunidade, ligado à redução da pobreza para corrigir a desigualdade entre as regiões ■ Educação básica (construção de escolas, etc.)	[EO] Projeto PROÁGUA Semi-árido [CPCI] Outorga de Apoio Cultural do Programa da Assistência para Projetos Comunitários (um projeto) [CPCI] Projeto de Melhoramento dos Equipamentos de Exposição (Vitrines / Iluminação) da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social [CPCI] Restauração da Escola Japonesa de Santos [CPCI] Programa de Restauração de Tambores Japoneses da Federação das Associações Nikkeis do Estado de Santa Catarina [APC] Assistência para Projetos Comunitários e de Segurança do Ser Humano (2004-2008, pesquisa em educação: 51 projetos, bem-estar social e ambiente: 54 projetos, outros: 1 projeto)	[PCT] Implementação do Policiamento Comunitário Utilizando o Sistema Koban [PCT] Polícia Comunitária [PCT] Fortalecimento do Sistema de Suporte Técnico Voltado para os Pequenos Agricultores Rurais do Estado do Tocantins [PCT] Fortalecimento do Sistema de Vigilância em Saúde do Metilmercúrio na Bacia do Rio Tapajós [PCT] Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil [PCT] Projeto de Fortalecimento do Serviço de Saúde Comunitária da Amazônia [PC] Utilização de Fibras Naturais na Amazônia para Melhoria na Qualidade de Vida [PC] Projeto Desenvolvimento das Vilas Pesqueiras do Entorno da Cidade de Belém [PC] Projeto Escola Promotora de Saúde no Interior de Amazonas	[BM] Política de Desenvolvimento do Japão, Fundo de Formação de Recursos Humanos (PHRD) 9 projetos [BM] Fundo de Desenvolvimento Social do Japão (JSDF) 3 projetos [IDB] Fundo Especial do Japão (JSF) 4 projetos [IDB] Fundo Especial do Japão, Programa de Redução da Pobreza (JPO) 3 projetos [UNESCO] Fundo de Desenvolvimento dos Recursos Humanos 1 projeto [UNESCO] Fundo Fiduciário do Japão para Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial 1 projeto
		Apoios a terceiros países	■ Apoio ao desenvolvimento econômico e social (campos de meio ambiente, indústria, mineração, etc.)		[CT] JBPP Programa de Treinamento para Terceiros Países (17 cursos)	
		Outros (Assuntos especiais)	■ Promoção da cooperação em vasta área		[PCT] Promoção do Turismo no Mercosul Fase II [PCT] Promoção do Turismo no Mercosul [ED] Estudo para Aprimoramento da Tecnologia de Embalagens e Distribuição de Mercadorias no Mercosul	

[EO] indica Empréstimo ODA, [PCT] Projeto de Cooperação Técnica, [ED] Estudo para o Desenvolvimento, [CCT] Cooperação Científica e Tecnológica, [APC] Assistência para Projetos Comunitários e de Segurança do Ser Humano, [CPCI] Outorga de Apoio Cultural do Programa de Assistência para Projetos Comunitários, [N] Cooperação Financeira Não-Reembolsável por auxílio de ONG do Japão, [PC] Projetos Comunitários, [CT] Cooperação Triangular.

Dentro dos apoios através do Fundo Fiduciário do Japão, além dos mencionados acima, existem 4 projetos que não se enquadram nos campos prioritários: Banco Mundial PHRD 1 projeto (reforma financeira), Banco Interamericano de Desenvolvimento JSF 3 projetos (energia 2 projetos, mercado de capitais 1 projeto).

Foi verificado que a coerência das políticas de assistência para o Brasil com as políticas superiores da AOD está garantida em geral. Mas alguns atores, com os quais o equipe de avaliação fez uma entrevista, mostraram seu reconhecimento de que 1) será preciso doravante re-examinar as políticas de assistência para o Brasil, respeito à utilização estratégica da AOD para consolidar a relação de ambos os países, e 2) será importante estabelecer as metas políticas para responder claramente à pergunta “por que fazer a assistência ao Brasil?”, país que atingiu um crescimento econômico relativamente estável e a correção da desigualdade de renda depois do ano 2002.

A maioria dos doadores principais dão mais prioridade aos campos de redução da pobreza (incluindo a criação das oportunidades de emprego e renda, correção da desigualdade de renda e entre regiões, etc.) e de preservação do meio ambiente, pelo qual as políticas de assistência do Japão para o Brasil coincidem com as de outros doadores. Portanto se vê uma sobreposição das assistências entre os doadores, mas no âmbito em que foi realizada uma entrevista com os atores do Governo do Japão, Governo e órgão executor do Brasil e outros doadores, se pode afirmar que não estão surgindo os problemas, devido à grande necessidade de assistência no Brasil, país com um grande número de habitantes pobres e uma superfície territorial imensa. No Brasil a liderança e sentimento de participação do governo são fortes, e por essa razão a coordenação das assistências não está sendo realizada tão ativamente.

Segundo o Governo e órgão executor do Brasil e outros doadores, as vantagens da assistência do Japão em comparação com a de outros doadores consistem em 1) cooperação técnica cuidadosa de alta qualidade (incluindo não só tecnologia do campo correspondente mas também as maneiras, atitude e pensamento sobre o trabalho dos peritos), 2) cooperação financeira reembolsável a um juro baixo, de longo prazo de amortização e 3) cooperação triangular com utilização dos conhecimentos e tecnologias especializadas de alto grau do Brasil (muitos casos merecem atenção).

3.2 Efetividade dos resultados

As políticas de assistência e atividades de assistência do Japão para o Brasil podem ser avaliadas positivamente no sentido de que desempenharam um determinado papel de respeito à “correção da desigualdade de renda” e “preservação do meio ambiente” que são as metas políticas da assistência do Japão para o Brasil.

No Brasil é verificado um notável avanço na redução da pobreza e na correção da desigualdade de renda a partir do ano 1990.⁴ A desigualdade de renda entre as regiões também está tendendo a diminuir. Como fatores que permitiram tal redução da pobreza e correção da desigualdade de renda, se podem indicar o crescimento econômico e a baixa inflação; transferência da renda; melhoramento da produtividade do trabalho por meio da expansão do acesso à educação; e redução da segmentação do mercado de trabalho (geográfica e formal-informal).⁵ É difícil medir o grau de contribuição direta da assistência do Japão, mas se pode afirmar que também os apoios à redução da pobreza e a correção

⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ipeadata (<http://www.ipeadata.gov.br/>).

⁵ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Nota Técnica: Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil, p. 28-51.

da desigualdade de renda, oferecidos principalmente pelo Japão e outros doadores, serviram para tal melhoramento.

Quanto à preservação do meio ambiente, o Governo do Brasil está acelerando seus esforços para conseguir o melhoramento, mas não pode ser verificado um melhoramento tão notável quanto a redução da pobreza e a correção da desigualdade de renda. Portanto não se pode afirmar que a meta política “preservação do meio ambiente” foi atingida, mas os apoios à vigilância à desmatamento ilegal utilizando as imagens via satélite, preservação das florestas, utilização sustentável dos recursos florestais, etc., no campo do meio ambiente, e os apoios à ordenação dos esgotos e estações de tratamento de águas residuais, medidas contra a inundação na zona metropolitana, melhoramento do tratamento de resíduos, etc., no campo do meio ambiente urbano, foram altamente avaliados pelo Governo do Brasil, e por esta razão se pode pensar que os apoios japoneses vêm fazendo uma determinada contribuição.

Também com respeito aos campos prioritários da assistência do Japão para o Brasil, ou seja campos de “meio ambiente”, “indústria”, “agricultura”, “saúde” e “desenvolvimento social”, se pode fazer uma avaliação positiva no ponto de que os apoios do Japão fizeram uma determinada contribuição nos aspectos, tais como transferência tecnológica, formação de recursos humanos, aumento de capacidade institucional, etc., em cada campo, apesar de ser uma contribuição limitada quanto ao investimento do dinheiro. Sobretudo a iniciativa japonesa na cooperação técnica foi altamente avaliada pelas instituições governamentais brasileiras, e houve muitas solicitações que desejam a continuação da mesma cooperação. Também ao nível de projetos se pôde ver uma aparição dos resultados notáveis. Os projetos da APC mostram um alto grau de contribuição às metas políticas de ambos os países, mesmo quando a quantia prestada por um projeto do programa APC seja pequena, e dá um impacto grande às destinações da cooperação, trazendo ao mesmo tempo alta efetividade como instrumento diplomático para o Japão.

Os “apoios aos terceiros países” baseados no âmbito do Programa da Parceria Japão – Brasil (JBPP) tem um valor extremamente alto para o Japão, a respeito de compensação da falta de recursos para apoios da parte do Japão (recursos financeiros e pessoais, e tecnologias de determinados campos); apoio ao melhoramento de capacidade dos peritos do órgão executor da parte do Brasil; e consolidação da relação com o Brasil. O Governo do Brasil está esperando um avanço mais intenso da cooperação triangular pela coordenação com o Japão, e também outros doadores está mostrando um alto interesse à boa prática realizada pelo Japão. Na “promoção da cooperação em vasta área” que é um tema especial, está sendo avaliado que a cooperação técnica do Japão atende adequadamente a necessidade do MERCOSUL podendo dar bons resultados.

Os apoios realizados através do fundo fiduciário do Governo do Japão, estabelecido na organização internacional, Fundo de Desenvolvimento de Recursos Políticos e Humanos (PHRD) e Fundo de Desenvolvimento Social do Japão (JSDF) do Banco Mundial, Fundo Especial do Japão (JSF) e Programa de Redução da Pobreza do Fundo Especial do Japão (JPO) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), “Fundo Fiduciário Japonês para Desenvolvimento de Recursos Humanos” e “Fundo Fiduciário Japonês para Proteção do Patrimônio Cultural Intangível” da Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), também estão sendo altamente avaliados em geral com respeito ao impacto dado às políticas do Governo do Brasil, formação de recursos humanos, desenvolvimento de capacidade, aprendizagem das tecnologias, etc.

3.3 Adequação do processo

Foram adequados em geral os processos adotados para assegurar a justeza das políticas e efetividade dos resultados, ou seja o processo de formulação das políticas de apoios para o Brasil e o processo de implementação dos mesmos apoios.

As políticas de apoio para o Brasil 2004 – 2008 foram elaboradas originalmente de acordo com as metas políticas e campos prioritários verificados na deliberação política anual entre os Governos japonês e brasileiro, e finalmente ajustadas pela Segunda Divisão de Planejamento de Assistência do País da Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, levando em consideração os comentários sobre as políticas originais, dados pelos setores competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixada do Japão no Brasil, JICA, etc. Entre os campos prioritários dos apoios para o Brasil, os campos de “meio ambiente”, “indústria”, “agricultura”, “saúde” e “desenvolvimento social” são os acordados quando o presidente do Brasil, Sr. Lula da Silva visitou o Japão em maio de 2005, e o campo “apoios aos terceiros países” é o baseado no âmbito do JBPP, portanto se pode afirmar que o processo de formulação das políticas de apoio para o Brasil era adequado.

O sistema para a implementação dos apoios está bem ordenado tanto no Japão como no Brasil, e sobretudo no Brasil, a coordenação e entendimento entre a Embaixada do Japão e o escritório da JICA são boas, e a divisão do trabalho por especialidade entre eles está sendo realizada adequadamente. O escritório da JICA tem um filial em São Paulo e entre seu pessoal nacional trabalham muitos *nikkeis* capacitados pela educação especializada superior, e fluentes na língua japonesa. Estes pessoais relativamente consolidados do escritório da JICA estão contribuindo à implementação harmoniosa da assistência.

Os projetos são formados de acordo as solicitações do Governo do Brasil, e para obter a coerência entre os projetos formados e as políticas de apoio para o Brasil, o Ministério dos Negócios Estrangeiros elabora anualmente “Nota de Atenção do País sobre a Pesquisa de Solicitação dos Novos Projetos” (modificada de denominação a “Diretrizes para o Exame do País” em 2006 e substituída pelo “Programa de Desenvolvimento de Projetos” que inclui os projetos competentes de outros ministérios e autoridades do governo em 2009) e o transmite às representações diplomáticas no estrangeiro. O sentimento de participação do Governo do Brasil é tão forte que é preciso fazer diversas deliberações no processo, mas se pode afirmar que a formação e adoção dos projetos vêm sendo realizadas adequadamente com suficiente atenção prestada aos desejos do mesmo Governo.

Também o monitoramento e avaliação sobre os projetos de assistência do Japão estão sendo realizados adequadamente. Estes monitoramento e avaliação estão sendo realizados segundo o regulamento da JICA, mas é digno de ser ressaltado o alto grau de participação dos órgãos executores da parte do Brasil. Respeito à monitoramento da APC, pela limitação do orçamento, é introduzida pela Embaixada do Japão uma nova ideia, por exemplo, de fazer o mesmo monitoramento no momento de visitar a região objeto do

projeto para a adoção do projeto.

A comunicação e coordenação com o Governo do Brasil estão sendo realizadas principalmente pela Embaixada ao nível da política e pelo escritório da JICA ao nível da implementação dos projetos. O Departamento Financeiro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que serve de intermediário para a cooperação financeira reembolsável avaliou dizendo que “o comitê que delibera sobre a gestão financeira do projeto (instalado pela parte do Japão) é um método muito positivo”, e também o presidente da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do mesmo Ministério, que serve de intermediária para a cooperação técnica, avaliou dizendo “a AOD do Japão está bem planejada e ajustada”.

No Brasil não existe uma “comunidade de doadores”, e não estão sendo realizadas quase nenhuma colaboração e coordenação de assistência oficiais, mas a Embaixada e o escritório da JICA estão fazendo sempre comunicação com o Banco Mundial, BID, outros doadores principais como Alemanha. Na assistência através do fundo fiduciário do Governo do Japão, estabelecido no Banco Mundial, BID e UNESCO, também está sendo fazendo uma coordenação harmoniosa.

As atividades de publicidade no Brasil estão fazendo boa impressão ao povo brasileiro sobre a contribuição do Japão ao desenvolvimento social e econômico do Brasil, podendo ser avaliadas como atividades valiosas nos pontos de criação do sentimento pró-japonês, melhoramento da presença do Japão, consolidação da relação entre ambos os países, etc., mas ainda têm que ser examinadas doravante no ponto do método de promoção mais efetivo.

4. Lições

Indicamos abaixo as lições obtidas através deste trabalho de avaliação para que sejam úteis para a Assistência Oficial de Desenvolvimento (AOD) do Japão para o Brasil no futuro.

4.1 Lições sobre a formulação das políticas

(1) Necessidade do projeto de assistência do país

À falta do programa de assistência ao Brasil, nesta avaliação, levando em consideração as diretrizes básicas e campos prioritários para a assistência, de acordo com a deliberação sobre as políticas, feita entre ambos os países, e os documentos comuns, foi elaborado um diagrama sistemático de metas da política de assistência para o Brasil, e com esse material foi realizada a avaliação. Mas para oferecer a AOD por um longo prazo a um determinado país, será indispensável a formulação do programa de assistência pelos seguintes motivos.

- 1) Para que a AOD seja prestada efetiva e eficientemente é necessário um programa geral que indica claramente o reconhecimento sobre a situação atual e problemas que devem ser solucionados do país contraparte, e as metas da AOD do Japão e meios para seu atingimento (campos prioritários, conteúdo de cada assistência, período e lugar de implementação, etc.), baseados em tal reconhecimento.

- 2) O programa de assistência é um meio para a gestão do projeto do órgão formulador e o executor das políticas, de acordo com o ciclo PDCA.⁶ A ausência do programa de assistência dificulta a formação desse ciclo. Além disso é preciso que no programa de assistência seja incorporado antecipadamente o âmbito da avaliação (incluídos as metas políticas, e os indicadores, valores de meta e valores de linha de base, para medir o grau de atingimento dessas metas).
- 3) O programa de assistência é um meio para comunicar aos povos do Japão e do país contraparte as metas e o método de seu atingimento da AOD do Japão para esse país, sendo importante para cumprir a responsabilidade de explicação.
- 4) O programa de assistência é um meio para compartilhar informações entre os atores de assistência do Japão e do país contraparte, servindo também como documento.

Os possíveis fatores com os quais a AOD para o Brasil foi realizada efetivamente, apesar da falta do programa de assistência ao país, serão indicados no item “4.2 Lições sobre a promoção dos resultados de assistência”.

(2) Necessidade de re-definição da AOD para os países semi-desenvolvidos

O rendimento nacional bruto (RNB) per capita do Brasil no ano 2008 é de 7.350 dólares americanos, superando o ponto de referência do critério de financiamento do Banco Mundial e do critério de prestação da cooperação financeira reembolsável do Japão (empréstimo em moeda japonesa) (6.465 dólares americanos ou menos). Também se está aproximando ao limite superior do país de renda média superior (RNB per capita: 3.706 – 11.455 dólares americanos, válido até o ano 2010), definido pelo Comitê de Assistência de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE-CAD).⁷ Também esta avaliação demonstra não só o aumento do RNB per capita, mas também os diversos aspectos de desenvolvimento do Brasil. Até o início dos anos 2000 tanto o Japão como a comunidade internacional não previam o crescimento atual do Brasil, mas não resta dúvida de que a AOD para o Brasil se encontra agora numa nova situação.

O que um país receptor da assistência deve fazer desenvolvimento econômico e concluir o recebimento da AOD é a última meta da AOD e originalmente deve ser acolhido. Mas a conclusão do recebimento da AOD significa, ao mesmo tempo, que será perdida a relação com esse país através da assistência, e por essa razão não se pode ficar claramente contente ante esse fato. No caso do Brasil, como o Governo mesmo desse país está desejando fortemente a continuação da AOD, e além disso, tem uma enorme necessidade da assistência, será necessário elaborar uma estratégia de construir com a AOD uma base de consolidação da parceria de futuro com o Brasil, aproximadamente nos próximos cinco anos.

Na situação em que os novos países industrializados ganham força na comunidade internacional, enquanto o Japão vá perdendo relativamente sua influência na mesma comunidade, é preciso para o Japão re-verificar o significado e o modo de implementação

⁶ Ciclo de quatro etapas: Plan (formulação das políticas), Do (implementação), Check (avaliação), Act (reação/reflexo).

⁷ Organization for Economic Cooperation and Development, “DAC List of ODA Recipients: Effective for reporting on 2009 and 2010 flows” (<http://www.oecd.org/dataoecd/32/40/43540882.pdf>).

da AOD. O Banco Mundial está fazendo financiamento também aos países que tenham superado o critério acima mencionado, segundo um julgamento geral, e também o Japão deverá julgar se continuar ou não a AOD, não só desde o ponto de vista de desenvolvimento, mas também desde o ponto de vista integral, tais como relação econômica e diplomática com o Japão, abordagem aos assuntos globais, etc. Especialmente sobre o Brasil, é alta essa necessidade levando em consideração sua importância econômica e diplomática para o Japão. No âmbito em que não seja prejudicado o propósito das linhas gerais da AOD,⁸ não limitando-se à revisão do critério de prestação da cooperação financeira reembolsável, tem muitos assuntos que devem ser examinados, tais como campos objeto da AOD; atendimento segundo regiões no país correspondente; esquema; coordenação entre os setores governamental e privado, etc.

4.2 Lições sobre a promoção do efeito da assistência

A AOD do Japão para o Brasil entre os anos de 2004 e 2008 é avaliada positivamente em geral, e explicamos os pontos que parecem ser os fatores com os quais a assistência para o Brasil foi realizada efetivamente.

(1) Características da assistência do Japão

O Japão ocupava a primeira posição na assistência bilateral para o Brasil até o ano 2003, mas depois sua posição se abaixou gradualmente, não encontrando-se nas primeiras cinco posições já em 2006. Mas a assistência do Japão para o Brasil está recebendo uma alta avaliação pelas suas características originais, não encontradas na assistência de outros doadores, e por esta razão a presença do Japão está sendo mantida a nível não baixo de modo nenhum. As características da assistência do Japão consistem em atendimento cuidadoso, tomada de decisão no lugar de trabalho, continuidade, envolvimento dos órgãos competentes, importância à formação de recursos humanos, ação à contraparte para a mudança da consciência e criação da visão, etc. Aproveitando suficientemente estas características e relações confiantes e experiências obtidas nas cooperações continuadas durante 50 anos passados, foi possível realizar uma assistência efetiva e com alto impacto.

Além disso, a estrutura pessoal do escritório da JICA que inclui o pessoal nacional de *nikkeis* capacitados pela educação especializada superior, e fluentes na língua japonesa, também parece ter sido um fator importante para que estas características possam ser efetivas. A APC que permite atender uma variedade de necessidade, junto com os esforços das representações diplomáticas, também parece ter elevado em geral o impacto da assistência do Japão, sendo útil para aumentar a boa impressão e simpatia pelo Japão.

(2) *Nikkeis* como recursos

A existência dos *nikkeis* no Brasil constitui um fator extremamente importante que promoveu o efeito da assistência. Por exemplo, o desenvolvimento e difusão do sistema agroflorestal na região norte do Brasil (projeto que contribuiu à preservação das florestas

⁸ As linhas gerais da AOD, formuladas no ano 2003, estabelecem seu objetivo final em “contribuir à paz e desenvolvimento da comunidade internacional, e assim ajudar assegura a própria segurança e prosperidade do Japão” (“Linhas Gerais da Assistência Oficial de Desenvolvimento”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, agosto de 2003).

amazônicas) não teria sido possível sem a cooperação das famílias camponesas *nikkeis* de Tomé-Açu no Pará. Com a participação dos *nikkeis* como peritos ou intérprete e coordenador nos diversos projetos de cooperação técnica, vêm sendo promovidas a transferência de tecnologias e comunicação à contraparte no Brasil. Além disso, na assistência para os terceiros países (cooperação triangular) as atividades dos *nikkeis* conduziam diversos projetos ao êxito tão grande, que não só o Governo do Brasil mas também outros doadores mostram uma avaliação positiva a essa assistência.

Antigamente os *nikkeis* eram objeto de assistência, mas agora que a comunidade *nikkei* atingiu um desenvolvimento integral, pode se dizer que eles são os bens úteis para o Japão não só para realizar a AOD mas também para construir uma forte parceira com o Brasil. O povo japonês não reconhece em geral suficientemente a existência da comunidade *nikkei* no Brasil com 1,5 milhões de habitantes, e por isso será necessário fazer doravante esforços para elevar o grau deste reconhecimento.

(3) Focalização nos campos prioritários

Na cooperação técnica para o Brasil, a JICA deu prioridade à preservação do meio ambiente, correção da desigualdade do desenvolvimento social, contribuição à ordenação das infra-estruturas sociais e utilização do JBPP (cooperação triangular).⁹ Nas políticas de assistência foi dada a prioridade a cinco campos (meio ambiente, indústria, agricultura, saúde, desenvolvimento social) e cooperação triangular, de acordo com o consentimento do Governo do Brasil, e a focalização da prioridade nos campos com necessidade do país contraparte e as vantagens do Japão pode ter sido um fator de promoção do efeito de assistência. Pode se dizer que a decisão de tal seleção e concentração foi adequada na situação em que a quantia da AOD para o Brasil vai diminuindo.

(4) Relação de cooperação desenvolvida com o crescimento do Brasil

O Japão vem desenvolvendo uma relação de cooperação por um longo tempo com o Brasil, buscando uma nova forma de sua implementação, à medida do crescimento dos órgãos contraparte. Deste modo, os órgãos, que ao princípio eram objeto da assistência, agora estão oferecendo uma cooperação como parceiro na capacitação dos terceiros países. E isto está criando uma boa circulação em que a formação dos projetos vai sendo realizada bem, de acordo com a relação de cooperação do passado, aprofundando mais a mesma relação e promovendo por conseguinte o efeito da cooperação. Por outro lado, nos muitos projetos de cooperação técnica, com as atividades na região objeto de assistência estão combinados os seminários com participantes dos países da América Central e do Sul e as capacitações nos terceiros países, tentando compartilhar informações com outros países e difundir extensamente os resultados. Esta maneira de desenvolvimento da cooperação parece ser aplicável como um modelo em outros países.

(5) Sentimento de participação baseado na alta capacidade do governo e órgãos executores do Brasil

O alto sentimento de participação do governo e órgãos executores do Brasil constitui um

⁹ Nova JICA, fundada em outubro de 2008, determinou três campos “cooperação triangular”, “meio ambiente (medidas contra a mudança do clima, ordenação do ambiente urbano)”, “desenvolvimento social (redução da desigualdade)” como campos prioritários de assistência no Brasil.

grande fator de promoção do efeito da assistência. O mesmo sentimento do país contraparte é um fator indispensável para mostrar o efeito da AOD. E além disso, o sentimento de participação do Governo do Brasil está baseado numa alta capacidade financeira, institucional e tecnológica. O Ministério da Fazenda que teve êxito na estabilização e saneamento das finanças, Departamento Internacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que tem controlado a AOD, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que está sendo uma das melhores organizações de pesquisa agrícola do mundo e naturalmente na América Central e do Sul mostram bons exemplos desse sentimento. Também o respeito da parte do Japão a tal sentimento de participação, consciência de autonomia e às capacidades da parte do Brasil parece ter promovido o efeito.

(6) Alta capacidade absorvente da parte do Brasil

Não resta dúvida de que a alta capacidade absorvente das contrapartes do Brasil promoveu consideravelmente o efeito da assistência. Muitas contrapartes entrevistadas pela equipe de avaliação relacionaram que elas tinham enfrentado as dificuldades derivadas das diferenças da cultura, reconhecimento e ideia da parte do Japão nas etapas de formação e implementação dos projetos, mas é digno de apreciação que elas superaram essas dificuldades e aprenderam por conseguinte não só as tecnologias e conhecimentos mas também cultura japonesa, maneiras e pensamentos dos japoneses ante o trabalho, comentando que eram muito úteis para elas. Elas deram uma impressão de que mesmo quando surgem os problemas devido às deficiências do plano inicial ou da coordenação no processo de implementação dos projetos, captam objetivamente esses problemas ou reconhecem as falhas, esforçando-se por fazer melhoramento considerando-as como lição para o seguinte passo.

(7) Simpatia pelo Japão do povo brasileiro

Um dos fatores que promoveram o efeito da assistência e que parece ter dado influência à capacidade mencionada no item precedente (6) consiste em simpatia geral pelo Japão do povo brasileiro. Segundo a “Pesquisa com Questionário da Opinião Pública sobre o Japão no Brasil”, realizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em 2008, mais de 70% dos brasileiros responderam que a relação entre o Japão e o Brasil é amistosa, e o Japão foi colocado na segunda posição (58%) depois dos Estados Unidos da América (78%) como país mais conhecido.¹⁰ Muitos do povo brasileiro têm uma impressão dos japoneses como “pessoa dedicada e esforçada” (45%), “pessoa eficiente” (37%) e “pessoa muito educada” (35%). A mesma pesquisa tirou uma conclusão que como fatores influentes a este resultado tem uma avaliação positiva à contribuição do Japão ao desenvolvimento econômico do Brasil (resposta positiva 72%) e à contribuição dos *nikkeis* à sociedade brasileira (resposta positiva 81%). Parece que tal simpatia e respeito ao Japão e aos japoneses estão ligados à atitude de aprender com o Japão das contrapartes do Brasil nos projetos de assistência.

¹⁰ “Pesquisa com Questionário da Opinião Pública sobre o Japão no Brasil (resumo)”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 11 de abril de 2008 (http://www.mofa.go.jp/mofaj/press/release/h20/4/1178957_906.html).

4.3 Lições sobre a publicidade

(1) Necessidade da publicidade mais efetiva no Brasil

Tanto a Embaixada do Japão no Brasil e Consulados Gerais de cada região como JICA estão fazendo diversos esforços para a publicidade, sob uma restrição orçamental, mas ainda poderá ser feita uma publicidade mais efetiva. Segundo a entrevista com os jornais *nikkeis* e os locais, tem projetos conhecidos extensamente como os realizados pela AOD do Japão, enquanto tem outros projetos quase não conhecidos. Para que o povo em geral do Brasil, que não tem relação com a AOD na vida diária, reconheça a AOD do Japão, será necessário introduzir um método mais efetivo, tais como dispor os *nikkeis* que conheçam bem a situação de ambos os países para atuar sobre os meios de comunicação, consolidar a publicidade aos correspondentes especiais em Tóquio, etc.

(2) Necessidade da consolidação da publicidade sobre o Brasil no Japão

Para continuar a AOD para o Brasil é indispensável obter o apoio do povo japonês, mas entre eles não é entendida a importância do Brasil para o Japão. Na “Pesquisa com Questionário sobre a Relação Japão - Brasil”, a percentagem dos que responderam com “creio que está bom” ante a pergunta “você crê que a relação entre o Japão e o Brasil está bom?” era de 30%, e a percentagem dos que responderam com “sinto simpatia” ante a pergunta “tem simpatia pelo Brasil e brasileiros?” era só de 23%.¹¹ Este resultado indica uma diferença notável da simpatia pelo Japão do povo brasileiro, mostrada na “Pesquisa com Questionário da Opinião Pública sobre o Japão no Brasil” acima mencionada. Agora que foi passado o centenário da imigração japonesa no Brasil, a celebração dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro será uma ótima ocasião. Aproveitando esse evento, deverá publicar mais a importância da relação Japão – Brasil e os resultados positivos da AOD para o Brasil.

¹¹ “Pesquisa com Questionário sobre a Relação Japão - Brasil”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, fevereiro de 2007 (http://www.mofa.go.jp/mofaj/area/brazil/chosa_06.html).

Mapa do Brasil



Fonte: Geology.com

Fotos da Pesquisa de Campo



Entrevista com Diretor Sr. Marco Farani (à esquerda) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)



Margem do rio restaurada através do "Rebaixamento da Calha do Rio Tietê" (Cooperação Financeira Reembolsável). À esquerda da baía, já restaurada.



Entrevista com Diretor Sr. Marcelo Salles Holanda de Freitas (no centro) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)



Atividades de esclarecimento às crianças residentes na Bacia através do "Fortalecimento do Sistema de Vigilância em Saúde do Metilmercúrio na Bacia do Rio Tapajós" (Cooperação Técnica). (Foto fornecida pelo Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará)



Cromatografia gasosa doada em 1994 ao Instituto Evandro Chagas, uma contraparte do "Fortalecimento do Sistema de Vigilância em Saúde do Metilmercúrio na Bacia do Rio Tapajós" (Cooperação Técnica)



Edifício restaurado através da "Restauração da Escola Japonesa de Santos" (Outorga de Auxílio Cultural do Programa de Assistência para Projetos Comunitários)



Materiais restaurados da sala de exposições de arte japonesa (à esquerda) e sala japonesa (à direita) através do “Projeto de Melhorias nos Equipamentos de Exposição (Vitrines / Iluminação) da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social” (Outorga de Auxílio Cultural do Programa de Assistência para Projetos Comunitários)



Materiais doados através do “Projeto de Aquisição de Equipamentos para Transcrição Braille e Adequação do Prédio para Mobilidade de Deficientes Visuais” (Outorga de Auxílio Cultural do Programa de Assistência para Projetos Comunitários)

Monitoramento da Amazônia pelas imagens do ALOS através da “Contribuição à Proteção da Floresta da Amazônia Brasileira e Combate ao Desmatamento Ilegal com a Utilização de Imagens do Satélite Japonês ALOS” (Cooperação Técnica)



Estabelecimento de bem-estar social (à esquerda) para onde foram doados materiais através do “Projeto de Aquisição de Móveis para Entidade Filantrópica de São Paulo” (Outorga de Auxílio Cultural do Programa de Assistência para Projetos Comunitários) e suas redondezas (à direita)

	
Fazendas do Sistema Agroflorestal (SAF) do Diretor Sr. Michinori Konagano (à esquerda) e ex-Diretor Sr. Toshihiko Takamatsu (à direita) da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu	
	
Fazenda do SAF que entrou no segundo ano de plantação através do “Uso Sustentável dos Recursos Florestais em Áreas de Várzea no Estado do Amapá” (Cooperação Técnica) (Foto fornecida pelo Sr. Takamatsu, também JICA perito do projeto)	Residentes fazendo a marcação para a plantação diversificada no terreno queimado da planície alagada do Estado de Amapá através do mesmo Projeto (Foto fornecida pelo Sr. Takamatsu)
	
Posto Policial piloto do Projeto de Cooperação Técnica “Polícia Comunitária” (Praça Rotary na cidade de São Paulo)	Sargento policial Sr. Jorge do Posto Policial da Praça Rotary na cidade de São Paulo